



Fidelis Leilões

Edeylson Peixoto Fidelis

Leiloeiro Oficial | JUCEP nº 22/2019

AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

PROCESSO SEI Nº 08129.010733/2019-36

CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL

EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS, Leiloeiro Oficial, matriculado na Junta Comercial do Estado da Paraíba nº 022 e na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte nº 0112/2016, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 002.815.701 SDP/RN e inscrito no CPF sob o nº 072.230.834-50, licitante devidamente habilitado no processo de credenciamento de Leiloeiros Oficiais, realizado através do Edital de Credenciamento nº 01/2020 - Processo nº 08129.010733/2019-36, vem através do presente **TEMPESTIVAMENTE**, perante esta Comissão Especial de Credenciamento, tendo em vista a interposição de recurso administrativo apresentado pelo Leiloeiro Oficial Cléber da Silva Melo - Juceb nº 07, relatar o que adiante segue:

■ **DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE:**

O presente instrumento recursal, encontra fundamentação para sua existência junto a intimação recebida por esta R. Comissão de Credenciamento no dia 26/02/2020, que preceitua e concede o prazo de 5 (cinco) dias úteis de manifestação para este Requerente.

----- Forwarded message -----

From: "MJ-Licitação" <licitacao@mj.gov.br>

Date: Wed, Feb 26, 2020 at 1:02 PM -0300

Subject: ENC: RECURSO ADMINISTRATIVO- CONTRA A HABILITAÇÃO DO SR. EDEYLSON PEIXOTO FIDELIS

To: "contato@fidelisleiloes.com.br" <contato@fidelisleiloes.com.br>, "fidelis@fidelisleiloes.com.br" <fidelis@fidelisleiloes.com.br>

Prezado,

Seguem as razões de recurso apresentadas pelo Sr. Cleber da Silva Melo para conhecimento e manifestação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do Edital de Credenciamento nº 01/2020.

Att.,

COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO

MJSP

Desta feita, a presente contrarrazão é totalmente cabível e tempestiva para contestar o recurso interposto pelo licitante Cléber da Silva Melo, pelos fatos e fundamentos a seguir elencados.

■ **DOS FATOS E FUNDAMENTOS:**

Este profissional demonstrou grande interesse na prestação de seus serviços na qualidade de Leiloeiro Oficial, para credenciar-se e atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), para realização de leilão de bens móveis e imóveis, não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles bens móveis e imóveis que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação.

Assim, tão logo obtive conhecimento do credenciamento, providenciei e apresentei sua documentação necessária à sua regular participação no processo de habilitação, todavia, por questões alheias a sua vontade e face ao curto prazo para apresentação de toda a documentação, alguns documentos não foram expedidos à tempo pelos órgãos responsáveis.

Todavia, este Requerente em nada contribuiu para que as certidões não fossem geradas no período de protocolo, e por esse motivo, comprovou sua regularidade mediante declarações e certidões diversas (expedidas anteriormente) e através da consulta do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf.

CERTIDÃO ITEM 5.9.3. DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

Alega o licitante Cléber da Silva Melo que o leiloeiro Oficial Edeylson Peixoto Fidelis não cumpriu com o disposto do Item elencado no instrumento editalício no tocante a “Certidão Negativa de Antecedentes Criminais”, juntando o licitante apenas uma solicitação da certidão criminal expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, deixando de apresentar a comprovação efetiva de inexistência de registro de feitos criminais “ativos” nos cartórios comuns e/ou especializados nas comarcas do Estado da Paraíba, não servindo, como comprovação de ausência de decisão judicial condenatória com trânsito em julgado.

Primordialmente, se faz necessário analisar a letra fria do edital de credenciamento publicado. O item 5.9.3 assim dispõe:

5.9. Habilitação jurídica:

5.9.1. Documento de Identidade do Leiloeiro Oficial ou outro documento oficial de identificação com foto;

5.9.2. Certidão de matrícula como Leiloeiro Oficial emi da pela Junta Comercial do estado ou declaração atestando a regularidade do Leiloeiro Oficial perante a Junta Comercial do estado;



Fidelis Leilões

Edeylson Peixoto Fidelis

Leiloeiro Oficial | JUCEP nº 22/2019

5.9.3. Certidões negativas de antecedentes criminais federal e do estado que comprovem que o Leiloeiro Oficial não foi condenado por crime cuja pena vede o exercício da atividade mercantil.

Verifica-se tamanho equívoco na interpretação do Srº licitante responsável pela interposição do recurso contra este requerente, pois o item determinado no instrumento editalício é CLARO ao detalhar a apresentação de certidão de antecedentes criminais que comprove que o leiloeiro **NÃO FOI CONDENADO POR CRIME CUJA PENA VEDE O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE MERCANTIL**, ou seja, em nenhum momento é requerido a solicitação de certidão de antecedentes criminais pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do Estado da Paraíba/Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social.

Porém, o licitante pode sim juntar as respectivas certidões, contudo, apenas a critério de complementação, vez a certidão solicitada no credenciamento é intitulada como Certidão de Execução Patrimonial (pessoa física) e/ou de Certidão de Falência e Concordata (pessoa jurídico), ou seja, **a comprovação requerida são para crimes em espécie ou falimentares.**

Em alguns Tribunais não há a especificidade das certidões, que acabam por ser englobadas nas certidões criminais expedidas pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal.

Essa solicitação se faz necessária, pois o Decreto 21.981/32 - art. 36, apresenta algumas vedações à atividade de leiloeiro público, sendo proibido a este, sob pena de destituição da função, exercer o comércio direta ou indiretamente no



Fidelis Leilões

Edeylson Peixoto Fidelis

Leiloeiro Oficial | JUCEP nº 22/2019

seu ou alheio nome, bem como, constituir sociedade de qualquer espécie ou denominação.

Decreto 21.981/32 - Art. 36:

É proibido ao leiloeiro:

a) sob pena de destituição:

1º, exercer o comércio direta ou indiretamente no seu ou alheio nome;

2º, constituir sociedade de qualquer espécie ou denominação;

3º, encarregar-se de cobranças ou pagamentos comerciais; (grifo nosso)

IN nº 72/2019 - Art. 71:

Está impedido de exercer a profissão de leiloeiro:

I - aquele que vier a ser condenado por crime, cuja pena vede o exercício da atividade mercantil;

II - aquele que vier a exercer atividade empresária cujo objeto exceda a leiloaria, ou participar da administração e/o de fiscalização em sociedade de qualquer espécie, no seu ou em alheio nome;

III - aquele a quem tiver sido aplicada sanção de destituição; e IV - aquele que tiver sido suspenso, enquanto durarem os efeitos da sanção. (grifo nosso)

Quanto a Certidão Criminal expedida pela JEPB do leiloeiro Edeylson Peixoto Fidelis, no momento de realização do credenciamento, esta ainda não havia sido gerada, encontrando-se em situação de análise e, em momento posterior, continuou travada no sistema, realizando esse leiloeiro diversas tentativas para sua liberação, contudo, todas sem sucesso.



Solicitar Certidão



Solicitar certidão de advogado



Consultar Certidão



Validar Certidão

Consultar Certidão

Natureza da Pessoa *

☒ Física ☐ Jurídica

Protocolo da Certidão

☒ Não sei o protocolo da certidão

CPF *

072.230.834-50

Data de Nascimento *

05/04/1988

Consultar

Nova Consulta

EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS

Número do protocolo	Tipo da certidão	Data da solicitação	Situação da certidão	Download da certidão
2001.02.1.1.006498	CRIMINAL	16/01/2020	Em análise	-

Senhores, veja acima que até o presente momento (03/03/2020) a certidão solicitada para participação do credenciamento do Senad - Edital 01/2020 ainda **NÃO FOI EXPEDIDA PELO TJPB**, não podendo esse licitante ser prejudicado por causa de terceiros, vez que o órgão responsável pela emissão da certidão, mesmo com a solicitação e após diversas cobranças junto ao telejudiciário, delonga a expedição do documento.

Rua Estevam Lopes Galvão, 65, Valentina de Figueiredo, João Pessoa/PB - CEP 58064-090
0800-707-9272 (Arrematantes) | 0800-730-4050 (Judiciário)
www.fidelisleiloes.com.br | fidelis@fidelisleiloes.com.br

Desta forma, este leiloeiro informa que não responde por crime de qualquer natureza, em especial a crime que vede o exercício da atividade mercantil, e para fins de comprovação, tão logo seja expedida a certidão solicitada junto ao TJPB, estará comprovando sua regularidade e idoneidade junto ao Senad.

CERTIDÃO ITEM 5.10.8 DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

Informa este licitante que buscou por diversas vezes expedir sua certidão conjunta de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida no Site de Receita Federal no Brasil através do Site da Receita Federal =

➔ <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?tipo=2>

Todavia, o site apresentou por um período considerável (+ ou - entre o dia 13/01/20 a 21/01/20) ERRO e INDISPONIBILIDADE, fazendo com que este e demais contribuintes deixassem de obter em mãos a sua certidão de regularidade. Ressalto que a indisponibilidade apresentada no site da Receita Federal afetou diversos colegas, não sendo possível gerar certidões dispostas no site, gerando problemas para estes.

Durante esse período, houveram várias notícias sobre o ocorrido e como prova disso, pode-se confirmar no fórum de tributos federais no site www.contabeis.com.br =

➔ <https://www.contabeis.com.br/forum/tributos-federais/331114/e-cac-fora-desde-13-01-2020/>

Ainda, o próprio comunicado proferido pela Receita Federal demonstra a instabilidade nos sistema da Receita nesta fatídica semana:

NOTÍCIAS

Comunicado – Instabilidade em sistemas não afeta cumprimento de obrigações tributárias principais ou acessórias

Institucional

Publicado: 15/01/2020 12h27

Última modificação: 16/01/2020 10h07

Recomendar

Compartilhar

in Compartilhar

Tweetar



A Receita Federal informa que em razão de incidente ocorrido durante operação em equipamentos do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), alguns serviços têm apresentado momentos de indisponibilidade nos últimos três dias.

O Serpro informou que o problema deve ser solucionado até o final do dia de hoje (15/1).

A Receita Federal esclarece que a instabilidade não tem afetado qualquer sistema relacionado ao cumprimento de obrigações tributárias principais ou acessórias, com prazo para encerramento nesta semana.

Entretanto, o problema não foi solucionado conforme o previsto, perdurando para todo o restante da semana.

Manchetes relatam a ocorrência e comprovam o ocorrido:

Brasil
Econômico

Falha no site da Receita Federal atrapalha
contribuinte e preocupa empresários

Por Brasil Econômico | 17/01/2020 17:34





Fidelis Leilões

Edeylson Peixoto Fidelis

Leiloeiro Oficial | JUCEP nº 22/2019

A Jornal "O Estado de São Paulo" também comprovou a dificuldade dos contribuintes em emitir a certidão negativa junto ao Fisco

Constituintes registram instabilidade no site da Receita Federal

Empresários temem que o problema ponha em risco o reenquadramento de companhias no Simples Nacional, que tem prazo de reinserção até o 31 deste mês

Publicado em 20/01/2020, às 09h34

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- ESPORTES** Viúva de Kobe Bryant se pronuncia após vazarem fotos do acidente 15h25
- MUNDO** Crivella culpa moradores por enchentes; população reage e prefeito é atingido por lama 15h22
- CULTURA** Pupillo, ex-Nação Zumbi, repagina o frevo ao lado de nomes como Maestro Duda, Caetano Veloso e Duda Beat 15h06
- MUNDO** Presidente russo propõe proibir casamento homossexual na Constituição 15h05
- CULTURA** Vida de Carlinhos Mala será tema de escola de samba 14h52
- MUNDO** Vacina contra o coronavírus é avançar em reformas 14h51

A plataforma DOWNDetector, que monitora reclamações de usuários acerca de problemas e inatividade, possui registros de falhas desde o dia 14 de janeiro

Foto: Katarina Moraes/JC

Dentre tantas reclamações quanto a instabilidade do site apresentado desde o dia 14/01/20, a plataforma DOWNDetector, responsável por monitorar reclamações de usuários acerca de problemas e inatividade, passou a registrar falhas, e por esse motivo, o Jornal do Comércio de Comunicação (reportagem acima), entrou em contato com o Serviço Federal de Processamento de dados (SERPRO), responsável pela área de tecnologia de órgãos federais, estaduais e municipais, confirmou que houve instabilidade momentânea que afetou alguns serviços da Receita Federal do Brasil, mas que estava sendo reparado, para que não houvesse maiores prejuízos.

Rua Estevam Lopes Galvão, 65, Valentina de Figueiredo, João Pessoa/PB - CEP 58064-090
0800-707-9272 (Arrematantes) | 0800-730-4050 (Judiciário)
www.fidelisleiloes.com.br | fidelis@fidelisleiloes.com.br



Fidelis Leilões

Edeylson Peixoto Fidelis

Leiloeiro Oficial | JUCEP nº 22/2019

Isto posto, foi possível comprovar que este Leiloeiro Oficial realmente não conseguiu emitir a certidão conjunta negativa junto a Receita Federal, e por isso, providenciou uma declaração, explicando sobre o problema junto ao site, anexando sua certidão retirada anteriormente.

Na sequência, no dia 21/01/20, quando a site da Receita Federal do Brasil voltou a funcionar, este licitante solicitou nova certidão para fins de comprovação, e como pode-se verificar, continuou regular junto ao órgão.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS
CPF: 072.230.834-50

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:32:14 do dia 21/01/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/07/2020.

Código de controle da certidão: **CDEF.796E.4FB0.0414**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Edeylson Peixoto Fidelis

Leiloeiro Oficial | JUCEP nº 22/2019

Assim, é possível confirmar que este licitante sempre esteve **REGULAR** com o fisco, cumprindo com sua função de profissional e de cidadão que atua nos ditames da Lei, não havendo motivos para sua inabilitação junto ao Senad, vez que sua documentação sempre esteve vigente e regular, podendo ser comprovada pelo órgão através dos documentos juntados e por sua certificação junto ao Sicaf, que logo mais a frente estaremos esclarecendo detalhadamente.

DO CERTIFICADO DO SICAF:

Foi juntado na documentação de credenciamento do Senad do Leiloeiro Público Edeylson P. Fidelis, o certificado do Sicaf, documento que permite a própria Comissão proceder com as consultas das certidões que não foram apresentadas, pois veja, esse Requerente encontra-se cadastrado e regular junto ao Sicaf e, por esse motivo, não há a obrigatoriedade deste Requerente juntar a certidão específica, mesmo que tenha se comprometido a apresentar em momento posterior.

Veja, que o próprio edital de licitação estabelece que apenas se faz necessário apresentar os documentos e certidões faltantes, pois bem, o certificado do Sicaf foi apresentando, podendo a comissão comprovar a regularidade deste licitante.

Esclareço que o Sicaf é um subsistema ou módulo do SIASG responsável pelo cadastramento e habilitação de pessoas físicas ou jurídicas que desejam participar de licitações promovidas pelos órgãos/entidades integrantes do SISG (Sistema de Serviços Gerais) e/ou não SISG. Este, tem por fim cadastrar e habilitar parcialmente os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, que possuem



Fidelis Leilões

Edeylson Peixoto Fidelis

Leiloeiro Oficial | JUCEP nº 22/2019

interesse em participar de licitações realizadas por órgãos/entidades da Administração Pública Federal, integrantes do SISG (Sistema de Serviços Gerais) e/ou não SISG, bem como, acompanhar o desempenho dos fornecedores cadastrados e ampliar as opções de compra do Governo Federal.

Os dados do Sicaf são sincronizados com a Receita Federal do Brasil, e para que não reste dúvidas, segue os níveis de habilitação do Sicaf:

- a) **Nível I - Credenciamento:** Fornecedor sem linha de fornecimento; sem dirigente ou com dirigente, mas sem o preenchimento de dados obrigatórios; com sócio sem preenchimento de dados obrigatórios; campo obrigatório não preenchido; campo sem o respectivo arquivo comprobatório anexado ao sistema; cadastro inativo;
- b) **Nível II - Habilitação Jurídica:** Apenas no caso de fornecedor pessoa jurídica, caso não conste o(s) respectivo(s) arquivo(s) comprobatório(s) anexado(s) ao sistema;
- c) **Nível III - Regularidade Fiscal Trabalhista Federal:** Caso o fornecedor apresente pelo menos uma certidão vencida ou uma decisão judicial sem upload de arquivo ou caso não conste no sistema informação de documento comprobatório de regularidade da Receita Federal e PGFN, do FGTS e/ou do TST;
- d) **Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual Municipal:** Caso o fornecedor apresente pelo menos uma certidão vencida ou pelo menos um documento sem upload de arquivo; ou caso não conste informação de documento comprobatório de



Fidelis Leilões

Edeylson Peixoto Fidelis

Leiloeiro Oficial | JUCEP nº 22/2019

regularidade (no caso de perda dos documentos comprobatórios devido à mudança de domicílio fiscal);

e) Nível V - Qualificação Técnica: Caso exista pelo menos um registro vigente sem upload de arquivo (somente para registros vigentes ou sem data de validade);

f) Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira: Caso exista pelo menos um registro vigente sem upload de arquivo (somente para registros vigentes, tanto o arquivo referente ao Balanço Contábil quanto à Certidão de Falência/Recuperação); caso não conste um Balanço Contábil vigente (no caso de o fornecedor possuir pelo menos um balanço contábil, porém sem nenhum vigente); ou caso não conste informação de Balanço Contábil (no caso de o fornecedor ter o nível VI cadastrado, porém sem nenhum registro de balanço contábil);

Desta feita, conclui-se que esse leiloeiro cumpriu com os requisitos do item 5.10.8 do edital de credenciamento do Senad nº 01/2020, pois segue confirmado sua regularidade junto a Receita Federal.

CERTIDÃO ITEM 5.11.2 DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

O edital de Credenciamento assim dispõe:

5.11.2. Documento que ateste o efetivo exercício de atividade como leiloeiro por, no mínimo, 3 (três) anos, tais como: demonstrativo de publicidade dos leilões realizados, declarações fornecidas ao licitante por outra pessoa jurídica, entre outros;

O licitante Recorrente Cléber da Silva Melo relata que o Leiloeiro Oficial Edeylson P. Fidelis somente obteve o seu registro profissional perante a Junta Comercial do Estado da Paraíba, na data de 10 de outubro de 2019, e por esse motivo não cumpre os requisitos estabelecidos no instrumento editalício.

No entanto, inicialmente se faz imperioso ressaltar que a IN nº 72/2019 concede a a pluralidade de matrículas em diferentes unidades da federação. Vejamos:

CAPÍTULO III

DO LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

Seção I

Da habilitação e matrícula

Art. 41. A profissão de leiloeiro será exercida mediante matrícula concedida pela Junta Comercial.

§ 1º O leiloeiro poderá matricular-se em outras unidades da federação.

§ 2º A matrícula mais antiga será considerada a principal e as demais suplementares, por ordem de data da concessão.

§ 3º A concessão da matrícula dependerá da habilitação e da realização da caução.

Assim, verifica-se que o Recorrente Cléber da Silva Melo esqueceu de mencionar que o Leiloeiro Oficial Edeylson P. Fidelis **atua também** no Estado do Rio Grande do Norte, através do registro profissional nº 0112/2016, tomando posse em 03 de novembro de 2016, comprovando sua atuação e experiência no ramo da leiloaria pelo prazo mínimo de 3 anos.

Segue publicação do Diário Oficial do estado do Rio Grande do Norte:



[Imprimir](#) | [Fechar](#)

PORTARIA Nº 0112/2016

A Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte – JUCERN, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Conceder matrícula a EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS, CPF 072.230.834-50, para a função de Leiloeiro Público Oficial do Estado do Rio Grande do Norte

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Natal-RN, 03 de novembro de 2016.

Sâmya Aby Faraj Linhares Bastos

Presidente

Não há o que contestar, pois o leiloeiro encontra-se atuando dentro dos ditames da Lei, atingindo o período mínimo estipulado para atuação e efetiva habilitação junto ao Senad.

Independente do Estado de atuação, este profissional atua há mais de 3 anos como Leiloeiro Oficial, buscando em ambas as unidades da federação, sempre a excelência na prestação de seus serviços, através do planejamento e exercício estratégico de suas funções perante a tarefa que lhe é delegada, exercendo todos os encargos decorrentes de sua nomeação.

■ **DOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS:**

a) PRINCÍPIO DA LEGALIDADE:

Consoante o enunciado do art. 5º, inciso II, da Constituição Federal, a criação de direitos e deveres pelo cidadão deve ser feita mediante lei. Cumpre



Fidelis Leilões

Edeylson Peixoto Fidelis

Leiloeiro Oficial | JUCEP nº 22/2019

ressaltar que o princípio da legalidade determina que a atividade administrativa deverá se subordinar aos parâmetros de ação fixados pela lei, ou seja, a administração pública somente tem a permissão de fazer aquilo que a lei lhe autoriza.

Art. 5º, CF: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; (grifo nosso)

A legalidade impõe à administração pública o respeito aos atos normativos que ela própria expede e deste modo, visualiza-se o direito deste Requerente à efetiva habilitação no processo de licitação, sendo uma decorrência natural da ideia de legalidade.

b) PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA CONTRADITÓRIO:

São consectários do princípio constitucional do devido processo legal, o qual implica que *"ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal"* (Art. 5º, LIV, CF).

Como aponta Robertônio Pessoa, "O contraditório vincula-se visceralmente ao devido processo legal, e implica conhecimento, por parte dos interessados, dos atos mais relevantes da marcha processual, mormente aqueles



Fidelis Leilões

Edeylson Peixoto Fidelis

Leiloeiro Oficial | JUCEP nº 22/2019

que possam interferir na decisão a ser tomada ao cabo do processo" (Pessoa, Robertônio dos Santos. Processo Administrativo. In: Jus Navigandi, n. 51.[internet] jus.com.br/revista).

Para o mesmo autor, por meio da ampla defesa "o administrado tem o direito de argumentar e arrazoar (ou contra-arrazoar), oportuna e tempestivamente sobre tudo que contra ele se alega, bem como de ser levada em consideração as razões por ele apresentadas."

O acatamento do princípio da ampla defesa não basta que seja concedido às partes o direito de oferecerem alegações no bojo do processo administrativo, sendo indispensável também que tais alegações sejam de fato apreciadas pelo julgador COMPETENTE.

c) DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE:

Toda contratação pública visa proporcionar a possibilidade de realização de um negócio mais vantajoso, estando estritamente ligada aos princípios jurídicos, onde todas as fases dos procedimentos são vinculadas à Lei 8.666/93, que assim expõe:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa,

da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo nosso)

Contudo, o princípio da proporcionalidade, apesar de derivar da Constituição Federal não consta expressamente nela. Analisando terminologicamente, a palavra Proporcionalidade conota proporção, adequação, medida justa, prudente e apropriada à necessidade exigida pelo caso presente.

Neste sentido, tal princípio tem como escopo evitar resultados desproporcionais e injustos, baseado-se em valores fundamentais conflitantes, ou seja, o reconhecimento e a aplicação do princípio permitem vislumbrar a circunstância de que o propósito constitucional de proteger determinados valores fundamentais deve ceder quando a observância intransigente de tal orientação importar a violação de outro direito fundamental mais valorado.

O princípio da razoabilidade é uma diretriz de senso comum, ou mais exatamente, de bom-senso, aplicada ao Direito. Esse bom-senso jurídico se faz necessário à medida que as exigências formais que decorrem do princípio da legalidade tendem a reforçar mais o texto das normas, a palavra da lei, devendo ainda, o princípio jurídico, ser compreendido e aplicado sem a perda da harmonia e coerência do sistema do direito positivo.

d) PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE:

O princípio da competitividade trata-se de um princípio implícito, o que não faz dele menos importante. Tal, é essencial para o sucesso do procedimento de habilitação de profissionais junto aos Órgãos Públicos, pois no



Fidelis Leilões

Edeylson Peixoto Fidelis

Leiloeiro Oficial | JUCEP nº 22/2019

momento em que a competição entre os concorrentes for impossível, não haverá disputa: sem oposição, sem conflito de propostas e ofertas.

Este princípio, também atende pela denominação de princípio da oposição, que significa que Órgãos Públicos, quando da contratação, não devem adotar providências, ou mesmo, criar regras que **COMPROMETAM, RESTRINJAM OU FRUSTREM O CARÁTER DE COMPETIÇÃO E DE IGUALDADE.**

O procedimento de habilitação e credenciamento, deve possibilitar uma disputa e um confronto equilibrado entre os participantes que encontram-se em situação regular perante o órgão que regulariza sua profissão.

■ **DOS PEDIDOS:**

Diante de todo o acima exposto, o Leiloeiro Oficial EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS, devidamente matriculado perante a Junta Comercial do Estado da Paraíba sob o nº. 022/2019 e matriculado perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte sob o nº. 0112/2016, vem através do presente, **REQUERER** o devido **ACOLHIMENTO** e **PROVIMENTO** da presente contrarrazões, a fim de que seja **MANTIDA SUA HABILITAÇÃO** junto ao Credenciamento de Leiloeiro Público Oficial – Edital de Credenciamento nº 01/2020 – processo nº 08129.010733/2019-36, para assim atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), **pois os requisitos apontados pelo Recorrente Cléber da Silva Melo, não merece prosperar, vez que não se confirma as alegações apresentadas, devendo o recurso administrativo interposto por aquele, ser INDEFERIDO, por critério de justiça.**



Edeylson Peixoto Fidelis

Leiloeiro Oficial | JUCEP nº 22/2019

Termos em que,
Respeitosamente,
Pede e espera por deferimento.

João Pessoa/PB, 03 de março de 2020.

Edeylson Peixoto Fidelis

EDEYLSON PEIXOTO FIDELIS

Leiloeiro Oficial